

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

E a dosimetria, hein?

O relator do projeto de dosimetria das penas para os condenados pelos atos violentos de 8 de janeiro de 2023, Paulinho da Força (Solidariedade-SP), afirma que o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), deu sinal verde para votar o texto na próxima terça-feira. Enquanto isso, o relator continua tentando um acordo com a oposição — que, em parte, é favorável ao projeto — e com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

Onde pega

O mais difícil é convencer Davi Alcolumbre a aceitar colocar esse tema em pauta. Ele tem dito que não há clima para tratar do assunto no Senado. Quer é cuidar dos temas que afetam diretamente todos os brasileiros, ou seja, medidas econômicas, leis para coibir o mercado ilegal de bebidas e outros produtos, segurança pública, Orçamento de 2026 e... encerrar o ano.

Sabino socialista?

O ministro do Turismo, Celso Sabino, suspenso do União Brasil, já tem uma série de convites para trocar de partido. Um dos primeiros a chegar foi o do presidente do PSB, João Campos. Tal como o seu pai, o ex-governador e ex-ministro Eduardo Campos, já falecido, o comandante do PSB trabalha para agregar forças políticas.

Incerteza impera

O afastamento do ministro do Esporte, André Fufuca, de suas obrigações partidárias, sem a expulsão, deixou em aliados do titular da pasta dúvidas sobre o financiamento da campanha dele no ano que vem por parte do PP. Porém deputado federal é o que conta para os recursos partidários e eleitorais. Por isso, o dinheiro não deve faltar.

Governo leva o discurso e já tem parte do dinheiro

A equipe econômica estuda uma nova bateria de decretos presidenciais e instruções normativas para tentar organizar as contas, depois que a medida provisória que previa taxar bets, fintechs e outros perdeu a validade. Mas, até aqui, apesar da tensão no Congresso entre base governista e Centrão, o governo já conseguiu, via Supremo Tribunal Federal, preservar uma parte da antiga proposta que taxava o IOF e ainda poderá chamar as bets que eram ilegais para pagar os impostos antigos, a fim de regularizar seus negócios. Aliás, a ideia é virem alguns decretos nesse sentido. Quanto ao discurso, o PT dirá, dia e noite, que a oposição quer boicotar o governo Lula e não liga para os problemas sociais, que, aliás, despontaram na pesquisa Qu aest desta semana como a segunda maior preocupação do brasileiro. Já a oposição dirá que o país não aguenta mais taxa ção.

Fatos e versões/ O nome do antigo programa de tevê dos anos 2000, capitaneado pela jornalista Cristiana Lôbo, está mais atual do que nunca. O governo sabia que perderia a votação da MP das taxa ções. Mas perdeu por uma diferença maior do que esperava. Em vez de 40 votos a mais, a oposição teve 58, num resultado de 251 a 193. Agora, avaliam os governistas, será o momento de tentar expor o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, como aquele que ligou para os parlamentares, a fim de evitar que o governo tivesse dinheiro para atender à população com programas sociais, ou seja, a narrativa será de que o governador e o Congresso Nacional estão contra o Brasil e contra o povo brasileiro. Da parte da oposição, vem a versão de que o governo é um “saco sem fundo”: quanto mais arrecada, mais quer, sufocando os empreendedores e aqueles que financiam o desenvolvimento. É o ensaio do discurso eleitoral, a um ano do pleito.



CURTIDAS

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Falso, não/ A bancada do PSD na Câmara dos Deputados pediu ao líder, Antonio Brito (**foto**, BA), que orientasse “não” na votação da MP, a fim de deixar claro ao governo que o partido é contra aumento de impostos. Contudo, a turma do Nordeste, mais governista, queria a liberação da bancada. Como a MP não foi a voto, Brito escapou de um constrangimento de ter que orientar não à MP e votar sim, uma vez que ele apoia o governo e não ficaria contra suas bases eleitorais.

Chamou para o olho no olho/ O relator da MP, Carlos Zarattini (PT-SP), não gostou nada de ter ouvido os partidos de centro e a Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA) dizerem que não havia acordo para a votação. “Precisam dizer isso na minha cara”, afirmou Zarattini.

Todo mundo quer um boné .../ Durante a sessão solene em homenagem ao Dia do Empreendedor e ao Simples Nacional, um boné com a frase “Eu sou pela micro e pequena empresa” fez sucesso. Era muita gente ávida para pegar o acessório, entregue aos participantes pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB).

... para chamar de seu/ Em tempos eleitorais, os deputados não podem distribuir bonés de campanha aos eleitores, como ocorria no passado, mas podem usar aqueles que tragam mensagens favoráveis.

Demoroooouuu.../ ... A megaoperação que prendeu pedófilos país afora. Gente que abusa de criança e adolescentes já deveria estar na cadeia há tempos.

CONGRESSO

Relator fica ao lado do filho 03

Apontado como amigo de Eduardo Bolsonaro, deputado Delegado Marcelo Freitas pede arquivamento de pedido de cassação

» ALÍCIA BERNARDES

O deputado Delegado Marcelo Freitas (União Brasil-MG), relator do processo contra o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) no Conselho de Ética da Câmara, recomendou, ontem, o arquivamento do pedido de cassação do mandato do filho 03 do ex-presidente da República apresentado pelo PT. No parecer, o parlamentar considera o pedido inadmissível e defende que as manifestações de Eduardo estão protegidas pela imunidade parlamentar.

Apesar de ter afirmado ao **Correio**, em 27 de setembro, assim que foi escolhido para relatar o pedido de cassação do filho 03, que pretendia “executar essa missão, de conduzir esse processo disciplinar, com absoluta imparcialidade e isenção” e que “eventuais alegações de amizade ou inimizade não têm o condão de interferir em qualquer esfera de suspensão ou parcialidade”, a decisão de Freitas não causou surpresa. Isso porque, tão logo foi indicado, voltaram a circular nas redes sociais um vídeo em que ele e Eduardo aparecem juntos prometendo apoio político mútuo.

Segundo Freitas, a representação do PT parte de uma premissa “equivocada”. O relator considera que o filho 03 não foi responsável pelo tarifaço de 50% às importações brasileiras para os Estados Unidos nem pelas sanções, pelo governo de Washington, às autoridades brasileiras — como suspensões de vistos e enquadramento do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal federal (STF) e da mulher na lista da Lei Magnitsky.

“A representação parte de uma premissa equivocada: a de que o representado seria, de alguma forma, responsável por uma eventual

adoção de medidas coercitivas ou sanções por parte dos Estados Unidos contra o Brasil. Tal raciocínio é factualmente insustentável e juridicamente improcedente, pois confunde atos de Estado soberano com manifestações individuais de natureza política. A decisão de um país estrangeiro de adotar ou não sanções econômicas, diplomáticas ou políticas, é, em essência, ato de soberania”, argumentou.

No relatório, Freitas afirmou que declarações de parlamentares, ainda que “contundentes”, são invioláveis quando proferidas no exercício do mandato. “As manifestações configuram o direito de crítica política, plenamente protegido pela imunidade material. Qualquer tentativa de imputar quebra de decoro por atentado contra a democracia constitui extrapolação interpretativa”, observou.

Liberdade de expressão

Eduardo Bolsonaro não compareceu à sessão e, tampouco, designou alguém como advogado — o que foi feito pela Defensoria Pública da União (DPU), que indicou o defensor Sérgio Armanelli Gibson para representá-lo. Mas, ao manifestar-se, Gibson também pediu o arquivamento do caso, alegando que as falas do deputado se enquadram na liberdade de expressão e no direito à opinião política.

A votação do relatório foi adiada depois de pedido de vista coletiva, mas a bancada governista ainda pode recorrer da decisão. O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), havia solicitado a suspensão de Freitas, sob argumento de “amizade” com o investigado, mas o pedido foi negado pelo presidente do colegiado, Fábio Schiochet (União Brasil-SC). Porém, outras representações contra o filho 03 seguem em tramitação.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



A representação parte de uma premissa equivocada: a de que o representado seria, de alguma forma, responsável por uma eventual adoção de medidas coercitivas ou sanções por parte dos Estados Unidos contra o Brasil. Tal raciocínio é factualmente insustentável e juridicamente improcedente, pois confunde atos de Estado soberano com manifestações individuais de natureza política. A decisão de um país estrangeiro de adotar ou não sanções econômicas, diplomáticas ou políticas, é, em essência, ato de soberania”

Trecho do relatório do deputado Delegado Marcelo Freitas (União-MG), que salva Eduardo Bolsonaro (PL-SP) da cassação

Freitas foi vice-líder do governo de Bolsonaro. Recentemente, o deputado votou a favor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Blindagem, da anistia aos envolvidos no 8 de Janeiro, da sustação da ação penal do colega parlamentar Alexandre Ramagem (PL-RJ) — condenado na trama golpista — e

contra a prisão de Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), acusado de ser o mandante da ex-vereadora do Rio Marielle Franco.

No fim de setembro, a Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou Eduardo Bolsonaro por coação no curso do processo, sob acusação de tentar influenciar o

andamento de ações contra o pai, Jair Bolsonaro, no STF, com base nas sanções econômicas impostas pelo governo do presidente Donald Trump. O filho 03 também é investigado na Corte por supostos crimes contra a soberania nacional, no mesmo inquérito que levou o ex-presidente à prisão domiciliar.

Segurança: Gilmar defende PEC

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu, ontem, a aprovação da PEC da Segurança Pública, que classificou como uma “resposta estrutural” ao crime. O decano da Corte falou sobre o tema em seminário sobre segurança pública do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), em Brasília.

O projeto foi apresentado pelo governo Lula ao Congresso em abril e tramita na Câmara dos Deputados. Segundo o ministro, a sofisticação e a internacionalização de organizações criminosas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC), exigem uma resposta de longo prazo por parte do Estado. Gilmar afirmou que as organizações “transitam entre a economia legal e ilegal” e citou o uso de postos de combustíveis e exploração de jogos de azar para lavar dinheiro.

O ministro reconheceu que a proposta do governo federal para a área da segurança pública provoca debates sobre a autonomia das unidades da Federação, mas considera que o ponto não deve atrasar a tramitação da PEC. “Nossas instituições devem encontrar um ponto de equilíbrio entre a necessidade de coordenação nacional e o respeito às especificidades e autonomias locais”, disse.

O decano também criticou soluções “populistas” para o enfrentamento do crime, que “sequestraram” a pauta da segurança pública. “Políticos populistas prometem soluções mágicas totalmente desconectadas de evidências, de resultados e da nossa sistemática constitucional”, lembrou.